

Sistema agroalimentar remove o sentido original da agricultura. Entrevista especial com Valéria Burity



Por: **Patricia Fachin** | 06 Abril 2017 ©

A A

As irregularidades do setor alimentício de carnes, apresentadas recentemente pela [Operação Carne Fraca](#), demonstram um “processo” de “violações de direitos”, que “engloba um ciclo que vai da produção ao aproveitamento do alimento por quem o consome”, e a “imposição” de um “modelo neoliberal e de um sistema agroalimentar corporativo que lhe é funcional”, diz **Valéria Burity** à **IHU On-Line**.

Segundo ela, situações como essas ocorrem “porque existe uma opção política em apoiar o [agronegócio](#) e isso se dá porque a lógica das normas e das leis ainda favorece grandes empresários, em detrimento de agricultores familiares”. E assevera: “A causa de tudo isso é que o agronegócio tem influência sobre os poderes públicos, e um grande exemplo disso é a **Bancada Ruralista** do Congresso”.

Na entrevista a seguir, concedida por e-mail, **Valéria Burity** defende a elaboração de políticas públicas que incentivem a [agricultura familiar](#) e medidas regulatórias mais rígidas para o agronegócio e para as transnacionais. “Um Estado efetivamente comprometido com o direito humano à alimentação e à nutrição adequadas promoveria ações regulatórias sobre a ação das transnacionais e das grandes empresas, sobre a liberação de **transgênicos** e o uso de **agrotóxicos**”, pontua.



Valéria Burity | Foto: lalcsh.org

Valéria Burity é advogada e mestre em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal da Paraíba. Atualmente é secretária geral da Rede de Informação e Ação pelo Direito a se Alimentar - Fian Brasil.

Confira a entrevista.


IHU On-Line - Quais são as principais violações cometidas por empresas do ramo alimentício no processo alimentar?



Valéria Burity - O processo alimentar, no conceito usado pela **Rede de Informação e Ação pelo Direito a se Alimentar - Fian Brasil**, engloba um ciclo que vai da produção ao aproveitamento do alimento por quem o consome, e envolve outros elementos, como a possibilidade de exigir direitos. Nesse processo existem grandes violações de direitos. Só para citar algumas, destaco a concentração/grilagem e estrangeirização de terras; a persistência de relações trabalhistas que vulnerabilizam os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais; o [uso excessivo de agrotóxicos](#); a produção de transgênicos sem respeito ao princípio da precaução; a destruição da economia familiar campesina a favor do monocultivo ou de megaprojetos que afetam o campo e as florestas, atingindo, principalmente, povos indígenas e outros povos e comunidades tradicionais e ainda a imposição de um **modo agroindustrial** baseado na produção de alimentos altamente processados que respondem a necessidades alimentares criadas por outras culturas e interesses.

IHU On-Line - Em artigo recente, ao comentar a Operação Carne

Fraca, você mencionou “a pequena capacidade do Estado em fazer frente de maneira efetiva a todas as irregularidades” do setor alimentício. A que atribui essa ineficiência?

Valéria Burity - São as mesmas razões que impedem a superação de **violações de direitos humanos** no Brasil, como essas que citei antes. Todos esses problemas, com evidentes raízes estruturais, se somam, em décadas recentes, às imposições do **modelo neoliberal** e de um sistema agroalimentar corporativo que lhe é funcional. Ou seja, um modelo onde os interesses das **corporações transnacionais** configuram as decisões políticas sobre o setor rural, concentram e verticalizam os recursos e a produção, removem o sentido original da agricultura para o agronegócio ou para a lógica de megaprojetos e depreda tanto o ser humano quanto os bens naturais. Nesse sentido, os fatores estruturais se agudizam ou se readaptam aos interesses desse modo e sistema de produção e consumo. O Estado brasileiro deve fortalecer seu papel regulador em relação à produção, ao abastecimento, à distribuição, à comercialização e ao consumo de alimentos. Um estado efetivamente comprometido com o direito humano à alimentação e à nutrição adequadas, promoveria ações regulatórias sobre a ação das transnacionais e das grandes empresas, sobre a liberação de **transgênicos** e o uso de **agrotóxicos**, sobre a publicidade de alimentos, só para citar alguns exemplos. 

IHU On-Line - Neste mesmo artigo, você aponta que atualmente no Brasil ocorrem dois fenômenos em relação à comercialização de alimentos: de um lado, a liberalização das regras para o agronegócio e, de outro, a imposição de exigências de produção e comercialização para a agricultura familiar. Pode nos dar exemplos de como esses dois fenômenos ocorrem hoje? Por que essas diferenças ocorrem?

Sempre existiu um apoio maior ao agronegócio em detrimento da agricultura familiar

Valéria Burity - Antes de responder, é importante falar sobre **agricultura familiar** no **Brasil**. Sempre existiu um apoio maior ao agronegócio em detrimento da agricultura familiar. É verdade que houve um apoio maior à agricultura familiar a partir de 2003, mas sempre houve mais apoio ao agronegócio. Ainda em 2000, quando o ex-relator da ONU para o direito à

alimentação, **Olivier Dschutter**, fez uma missão no Brasil, ele destacou que a agricultura familiar produzia 750 reais/hectare/ano, contra 358 reais/hectare/ano nas plantações de grande escala, e que os grandes proprietários de terra que representavam apenas 1% dos estabelecimentos rurais, captavam mais de 43% de todo o crédito agrícola, enquanto fazendeiros com menos de 100 ha, 88% do total de estabelecimentos, captavam apenas 30%. Porém o último **censo agrícola**, realizado em 2006, deixou claro que quem alimenta a população brasileira é a agricultura familiar e camponesa. Por essa razão os movimentos que lutam por soberania e segurança alimentar e nutricional no Brasil defendem a aproximação entre quem produz alimento de verdade, a agricultura familiar, e quem consome o alimento.

Só que existe muita dificuldade, por exemplo, na regularização para a comercialização de alimentos tradicionais, artesanais e de base familiar. A legislação sanitária é um dos grandes entraves, pois as normas da legislação são elaboradas tendo como referência a produção agroindustrial de larga escala, e acabam promovendo a concentração de todo processo alimentar, reforçando uma lógica excludente e concentradora da produção, do processamento e da distribuição. O padrão de fiscalização que temos hoje tende a criminalizar alimentos artesanais e tradicionais e dificulta o acesso aos mercados institucionais como o **Programa de Aquisição de Alimentos - PAA** e o **Programa Nacional de Alimentação Escolar - Pnae**.

Um exemplo desta criminalização à **agricultura familiar** foi a **Operação Agro-Fantasma**, desencadeada pela **Polícia Federal - PF**, em setembro de 2013, que culminou em vários processos judiciais que foram julgados pelo juiz **Sérgio Moro**, em Curitiba/PR. Diversos agricultores foram presos e, junto a esses, muitos outros de diversas regiões do **Paraná** foram indiciados pelos crimes de falsificação de documento público, falsidade ideológica, estelionato e associação criminosa. Funcionários da **Companhia Nacional de Abastecimento - Conab** também foram indiciados por peculato e prevaricação. As acusações diziam respeito, basicamente, a supostos desvios de recursos públicos por parte das associações e cooperativas de agricultores familiares. Segundo a **PF** e o **Ministério Público Federal - MPF**, isso estaria ocorrendo no momento da entrega dos alimentos às entidades conveniadas (escolas, hospitais, equipamentos públicos da assistência social, entre outros). Segundo as normativas de operação do **PAA**, toda associação ou cooperativa de agricultores que almejasse entrar no programa para venda de seus produtos alimentares, deveria elaborar um plano no qual estariam discriminadas de

forma detalhada as entidades que receberiam os alimentos, bem como os tipos de alimentos e as respectivas quantidades a serem entregues pelos agricultores.

Dessa maneira, no decorrer das investigações da PF, foram apontadas inconsistências nas entregas realizadas pelos/as agricultores/as, com quantidades e tipos de produtos muitas vezes diferentes daqueles indicados meses antes nos planos de entrega originais. Contudo, em análise mais apurada, percebe-se que a inconsistência na entrega dos produtos se deu em razão de questões ligadas à safra, mudanças climáticas e/ou baseadas em outros imprevistos inerentes à vida no campo — motivos esses explicitados, em muitos casos, pelos próprios agricultores no verso das notas fiscais. Passados mais de três anos desde a deflagração da **Operação Agro-Fantasma**, a maioria das pessoas acusadas foi absolvida devido a pedidos posteriores do próprio **Ministério Público Federal**. Por outro lado, volumosos exemplos podem ser citados no que se refere à liberalização das regras para o agronegócio.


Segundo [relatório recente da Oxfam](#), existiam no Brasil em 2015 mais de 4 mil pessoas físicas e jurídicas detentoras de terra, as quais possuíam, cada uma, dívidas de ao menos 50 milhões de reais — totalizando quase 1 trilhão de reais. Ao mesmo tempo em que tal dívida existe, o governo **Temer** editou a **Medida Provisória nº 733/2017** (posteriormente convertida na **Lei nº 13.340/2016**), a qual permite o abatimento de dívidas do agronegócio em porcentagens que variam de 35 a 95% a depender das especificidades da dívida. Outro caso notável é a chamada **Lei Kandir** (Lei Complementar nº 87/2016), a qual isenta de **ICMS** produtos primários e secundários destinados à exportação. O mesmo relatório da **Oxfam** estima em 22 bilhões de reais por ano o prejuízo dos estados com tal lei. Estes são somente dois exemplos, dentre vários, que indicam a dimensão de impactos negativos causados pelo **agronegócio** — nestes casos, impostos devidos — à sociedade.

Essas diferenças ocorrem porque existe uma opção política em apoiar o **Agronegócio** e isso se dá porque a lógica das normas e das leis ainda favorece grandes empresários, em detrimento de agricultores e agricultoras familiares. A causa de tudo isso é que o agronegócio tem influência sobre os poderes públicos, e um grande exemplo disso é a **Bancada Ruralista** do Congresso. E agora tudo caminha para invisibilizar a agricultura familiar e tratar tudo como agronegócio. É isso que se pode concluir quando se extingue o **Ministério do Desenvolvimento Agrário**, quando se [suprime a agricultura familiar do próximo Censo Agropecuário](#) e quando o Programa de Apoio à Agricultura familiar passa a ser chamado de “Agricultura familiar”.

raminar passa a ser chamado de **Agroamigo** .

IHU On-Line - Atualmente são feitas muitas críticas ao incentivo econômico dado pelo Estado ao setor do agronegócio. O que seria uma alternativa a esse modelo?

É cada vez mais crescente o número de pesquisas que nos mostram que a agroecologia é a alternativa mais viável, sustentável, saudável e, portanto, necessária para garantir o direito à alimentação em todo mundo

Valéria Burity - É cada vez mais crescente o número de pesquisas que nos mostram que a [agroecologia](#) é a alternativa mais viável, sustentável, saudável e, portanto, necessária para garantir o direito à alimentação em todo mundo. Essa, a propósito, foi a conclusão do ex-relator da ONU para o direito à alimentação, **Olivier de Schutter**, quando escreveu o informe que encerrou o seu mandato. No mesmo entendimento pode chegar quem observar, por exemplo, as colheitas recentes de arroz agroecológico produzido pelo **Movimento dos Sem Terra MST no Rio Grande do Sul**, com números chegando a 400 mil sacas anuais. 

IHU On-Line - Deseja acrescentar algo?

Valéria Burity - É importante destacar que no dia 16 de março um conjunto de organizações e movimentos sociais que integram a plataforma **Chega de Agrotóxicos** lançou uma petição on-line com o objetivo de mobilizar a sociedade para a aprovação da **Política Nacional de Redução de Agrotóxicos - PNaRA**. Além de apoiar a aprovação da **PNaRA**, a plataforma [#ChegaDeAgrotóxicos](#) também tem como meta barrar o **Projeto de Lei – PL 6.299/2002**, conhecido como “**Pacote do Veneno**”. O Brasil é um dos maiores consumidores de agrotóxicos do mundo e a petição é uma estratégia de mobilização da sociedade na luta contra os retrocessos que podem colocar ainda mais venenos nas mesas das famílias brasileiras.

Para assinar, acesse [aqui](#).

Leia mais

- o [Agroecossistemas e a ecologia da vida do solo. Por uma outra forma de agricultura. Revista IHU On-Line, Nº. 485](#)
- o [O sistema das Sesmarias permanece no Brasil moderno. Entrevista especial com Katia Maia](#)

COM NADA MAIS

- o [A carne é fraca e os alimentos não são mercadorias](#)
- o [Adulteração de alimentos e a lógica do agronegócio](#)
- o [Agronegócio é o dono das terras do Brasil](#)
- o [Cerrado perde metade da vegetação nativa; agronegócio acelera o processo](#)
- o [Agronegócio: as corporações internacionais comandam](#)
- o [Os interesses do agronegócio e o governo golpista](#)
- o [Entidades lançam #ChegaDeAgrotóxicos para pressionar a redução do uso de venenos](#)
- o [IBGE corta questões sobre agricultura familiar e agrotóxicos de censo rural](#)
- o [Proprietários de terra devem quase R\\$ 1 trilhão à União](#)
- o [Agricultura familiar é protagonista na produção de alimentos saudáveis](#)
- o [Agricultura familiar e reforma agrária são os maiores responsáveis pela produção orgânica no Brasil](#)
- o [Camponeses produzem mais de 70% dos alimentos, diz estudo](#)
- o [Projeto de Lei 6670: chega de agrotóxicos!](#)
- o [Agrotóxicos-transgênicos: um rolo compressor está sendo passado sobre o direito do consumidor](#)
- o [Brasil, paraíso dos agrotóxicos](#)
- o [A Batalha entre dois modelos agrícolas: agronegócio vs agroecologia](#)
- o ["As sementes transgênicas não são mais produtivas, nem foram planejadas com este objetivo". Entrevista especial com Leonardo Melgarejo](#)

 Comunicar erro



NOTÍCIAS RELACIONADAS



Agricultura familiar e o cultivo do fumo: mais de três séculos de dependência econômica. Entrevista especial com Amadeu Bonato

[LER MAIS](#)



‘Terra sem lei’ e de ‘vale tudo’

[LER MAIS](#)

Por uma defesa internacional de direitos das/os camponesas/es

"Vítimas de opressão socioeconômica e cultural, criminalização, prisões arbitrárias, violentos desapossamentos de terra, to[...]"

[LER MAIS](#)



Reflorestamentos que produzem alimentos

Projeto tem finalidade de apoiar a diversificação dos cultivos graças à árvore de moju (*Brosimum malicastrum*), espécie nativa [...]"

[LER MAIS](#)



Bem-vindo ao Disqus! Descubra outras discussões incríveis como essa. Nós somos muito mais que comentários.

Começar

Dismiss ✕

0 Comentários ihu

Pedro Simao ▾

Recomendar Compartilhar

Ordenar por Mais votados ▾

ihu solicitou que você verifique o seu e-mail antes de postar. Enviar e-mail de verificação para dm4sh1n3@hotmail.com ✕



Iniciar a discussão...

Seja o primeiro a comentar.



TAMBÉM EM IHU

Instituto Humanitas Unisinos - IHU - Serraglio extingue 347 cargos da ...

1 comentário • 9 dias atrás•

Claudemir — 347 cargos "num primeiro escalão da FUNAI". Só podem estar de brincadeira! Isso tudo é para dar ...

LGBTQ+ e o ensino superior. O que realmente significa a "identidade ...

1 comentário • 9 dias atrás•

Claudemir — Forçando demais a reflexão!

O custo-benefício de uma jornada de trabalho de seis horas

1 comentário • 23 dias atrás•

ricardo504anos — Vamos mandar p/ o Congresso lá tem muito empresário esperando uma dica dessas.

Instituto Humanitas Unisinos - IHU - Quem vota em Lula

1 comentário • 14 dias atrás•

Claudemir — Pesquisa encomendada pela CUT/Vox Populi? Ainda esperavam um resultado diferente? Francamente!

